

1 **ATA DA 63ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA –**
2 **CSBH DO MÉDIO JAGUARIBE**

3 Aos 13 (treze) dias do mês de março do ano de dois mil e vinte, das 9:00 às 13:00 horas, estiveram
4 reunidos no auditório da Escola Estadual de Educação Profissional Avelino Magalhães em
5 Tabuleiro do Norte/CE, os representantes das instituições membros do Comitê da Sub-Bacia
6 Hidrográfica do Médio Jaguaribe, para discutir a seguinte PAUTA: (08:30 H) – Credenciamento e
7 café da manhã; 1. (09:00 h) – Abertura, aprovação da Ata e resgate de encaminhamentos da reunião
8 anterior; 2. (09:20 h) – Resumo das ações do Comitê durante o ano de 2019 e Planejamento de
9 ações para o ano de 2020; 3. (10:00 h) – Discussão da minuta de Resolução no 01/2020, que trata da
10 composição da Comissão Gestora do Aquífero Potiguar; 4. (10:20 h) – Apresentação sobre o

11 Projeto de Lei N^o 3.261/2019, que trata sobre o Mercado de Águas (UFC); 5. (11:00 h) –
12 Apresentação da situação Hídrica das Sub-bacias do Baixo e Médio Jaguaribe (COGERH); 6.
13 (11:40 h) – Entrega da Comenda José Ulisses de Sousa e placas de assiduidade aos membros que
14 compareceram a todas as reuniões do colegiado no ano de 2019; 7. (12:10 h) –
15 Informes/Encaminhamentos; (12:30 h) – Encerramento. Estiveram presentes: Sr. Francisco Lurivan
16 Miranda Pinheiro – Associação Cultural Filhos da Terra; Sr. Francisco Otacílio Diógenes Olegário
17 – Instituição Sócio Comunitária Agrovila Riacho da Serra; Sra. Dyane Guimarães Miranda –
18 Instituto de Desenvolvimento e Formação Cidadã – IDFC; Sra. Flaviana Guimarães de Lima –
19 Instituto Regional de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – IRDSS; Srs. José Valderi de
20 Almeida Pimenta e Geraldo Maria Gomes – Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores (as)
21 Familiares de Iracema; Sra. Francisca Augicélia Campos de Lima – Sindicato dos Trabalhadores
22 Rurais e Agricultores (as) Familiares de Jaguaribe; Sr. Raimundo Nonato de Oliveira – Sindicato
23 dos Trabalhadores Rurais e Agricultores (as) Familiares de Jaguaretama; Sr. Joseane Silveira de
24 Moraes – Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores (as) Familiares de Pereiro; Sr.
25 Reginaldo Ferreira de Lima – Escola Família Agrícola – EFA Jaguaribana; Sra. Damiana Alves
26 Bruno – Associação Comunitária dos Assentados de Boa Esperança; Sr. Gardel Chaves Lopes –
27 Associação de Fomento a Caprino Ovinocultura de Gado de Leite de São Jaguaribe – ASCOS; Sr.
28 Antônio Moraes Honório – Associação de Desenvolvimento Comunitário Francisco Moraes do
29 Nascimento; Sr. Francisco de Assis Rabelo Pereira – Associação dos Pequenos Produtores Rurais
30 de Caraúbas – Alto Santo; Sr. Elianildo Lopes Clemente – Associação dos Criadores de Tilápia do
31 Açude Castanhão – ACRITICA; Sr. Antônio Laudo Clementino – Associação dos Pescadores do
32 Açude Castanhão – APAC; Sr. José Martins Gonçalves Neto – Associação Geral do Mandacaru –
33 AGEMA; Sr. Cícero Junier Barreto – Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE Jaguaribe; Sr.
34 Jean Nedson Pinheiro – Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE Solonópole; Sr. Tancredo
35 Wilson Alves de Sousa – Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE; Sr. Erlândio
36 Diógenes Mourão – Sistema Integrado de Saneamento Rural – SISAR BBJ Russas; Sr. Daniel
37 Linhares Gonçalves – Câmara Municipal de Jaguaribara; Sr. Deodato Diógenes e o David de Viana
38 Holanda – Prefeitura Municipal de Alto Santo; Sr. José Uilson Magalhães – Prefeitura Municipal de
39 Iracema; Sr. Allisson Lucas Freitas Diógenes – Prefeitura Municipal de Jaguaribe; Sr. Raimundo
40 Eudivan da Silva – Prefeitura Municipal de Jaguaretama; Sr. Raimundo Nonato Dantas – Prefeitura
41 Municipal de Potiretama; Sr. André Leitão Mavignier – Departamento Nacional de Obras Contra as
42 Secas – DNOCS; Sr. João Alves de Menezes – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural –
43 EMATERCE; Sr. Valdenor Nilo de Carvalho Júnior – Fundação Cearense de Meteorologia e
44 Recursos Hídricos – FUNCEME; Sr. José Maria Freire – Secretaria do Desenvolvimento Agrário –
45 SDA; Sr. Vandemberk Rocha de Oliveira – Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SEDET;
46 Sr. Luís Amsterdan Alves de Oliveira – Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH e as Sras. Maria
47 Evaneida Peixoto e Ângela Maria Santiago Bessa – Superintendência Estadual do Meio Ambiente –
48 SEMACE. A reunião foi iniciada pela Sra. Flaviana Guimarães, Presidente do CSBH Médio
49 Jaguaribe que deu as boas-vindas a todos e agradeceu ao Sr. Albert Einstein pelo espaço cedido
50 para que essa reunião acontecesse. Na sequência passou a palavra para a Sra. Clenilda Chaves,
51 representante da Câmara Municipal de Tabuleiro do Norte/CE, que como autoridade do município,
52 saudou a todos dizendo que é uma satisfação o município está recebendo tão importante reunião e
53 desejou um exitoso evento para todos. Concluída a fala da representante da autoridade municipal, a

54 Sra. Flaviana convidou os demais integrantes da diretoria do colegiado, os Srs. Lurivan Miranda e
55 Joseane Silveira a se pronunciarem. Em sua fala, o Sr. Joseane destacou que essa é a primeira
56 reunião do ano e que desejava a todos um ano promissor. Disse que “estávamos ali para discutir
57 água, em todos os seus aspectos, desde o seu uso racional até adoção/aplicação de técnicas
58 eficientes de produção”. Pontuou dizendo que “temos que ter água para produzir, pois o homem do
59 campo no Médio Jaguaribe já não aguenta mais ficar sem produzir nada, vendo suas economias
60 definharem ao longo do tempo”. Acrescentou que “temos que parar com essa ideia de discutir ausência
61 de água, miséria de água”. Concluiu sua explanação dizendo que espera que esse ano seja diferente,
62 que as chuvas se intensifiquem e que os reservatórios da região tenham aportes que permitam
63 movimentar a economia regional. O Sr. Lurivan deu as boas-vindas a todos. Destacou que “os
64 açudes estão pegando água e que isso anima a todos”. Lembrou que “é provável que o cenário que
65 se desenha para esse ano seja diferente dos anos anteriores, uma vez que ainda estamos em meados
66 do mês de março, e que se Deus quiser teremos um ano promissor”. Retomando a palavra, a Sra.
67 Flaviana pôs para a apreciação da plenária a ata da 62ª Reunião Ordinária que foi aprovada por
68 unanimidade. Posteriormente, a Sra. Flaviana apresentou alguns informes: a) intercâmbio com
69 outros comitês de bacia através de visitas itinerantes e participação em reuniões ordinárias de outros
70 colegiados no estado; b) renovação do Fórum Cearense de Comitês de Bacia Hidrográfica – eleição
71 da nova coordenação do colegiado, na qual a chapa vencedora “Fortalecendo a Gestão
72 Participativa” recebeu a maioria dos votos, sendo que o Sr. Aridiano Belk de Oliveira (atual
73 presidente do CSBH Baixo Jaguaribe) ficou como Coordenador Geral; c) PROCOMITÊS – no dia
74 03 de março de 2020 foi enviado o plano de trabalho do CSBH Médio Jaguaribe (etapa obrigatória)
75 à Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH para posterior repasse à Agência Nacional de Águas –
76 ANA; d) entrega da comenda Antônio Zaranza/2020 ao Sr. João Alves de Menezes representante da
77 Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATERCE/Jaguaribe; e) entrega da comenda
78 José Ulisses de Sousa/2020 – que tem como agraciado o Sr. Cleilson Pinto de Almeida (Analista em
79 Gestão dos Recursos Hídricos da COGERH Limoeiro do Norte), que consta como ponto de pauta
80 dessa reunião ordinária. Concluído os informes, a Sra. Flaviana concedeu a palavra ao Sr. Leandro
81 Nogueira, Coordenador do Núcleo de Gestão, que apresentou a equipe da COGERH, hoje
82 representada pelo Sr. Hermilson Barros (Gerente Regional), pelos Srs. Aroldo Vidal e Cleilson
83 Almeida (ambos Analistas em Gestão dos Recursos Hídricos) e pela Sra. Ley Guimarães
84 (Assistente Administrativo do Núcleo da Gestão), além do próprio Leandro que falava a plenária.
85 Continuando sua fala, saudou em nome de todos, os representantes de instituições pertencentes ao
86 colegiado, como as duas instituições mãe do sistema de recursos hídricos (DNOCS e SRH), além de
87 integrantes de outros órgãos e instituições: SDA, FUNCEME, SEMACE, EMATERCE, dentre
88 outros. Na sequência o Sr. Leandro tratou dos encaminhamentos oriundos da 62ª Reunião Ordinária
89 do CSBH Médio Jaguaribe: 1) Enviar ofício através comitê do Médio Jaguaribe solicitando a
90 COGERH/DNOCS o conserto da comporta do açude Riacho do Sangue (Ofícios N° 79 e 80/2019);
91 2) Enviar ao governo do estado do Ceará, através do comitê a solicitação de construção de uma adutora
92 para resolver a situação de atendimento dos distritos de Feiticeiro e Nova Floresta, município de
93 Jaguaribe. A adutora teria duas opções de engenharia, são elas: sairia do canal de alvenaria do sistema
94 de Transposição Orós-Feiticeiro ou sairia da barragem de Croatá, tendo está uma capacidade de
95 acumulação quase três vezes mais do que a barragem de Pedra Branca (Ofício N° 81/2019). O Sr.
96 Leandro comentou que as duas demandas foram devidamente tratadas pela secretaria executiva através
97 do envio de ofícios, porém em relação ao primeiro encaminhamento, solicitou ao Sr. Hermilson que ele
98 desse alguns informes adicionais. O Sr. Hermilson confirmou que realmente foi enviado ofício ao Sr.
99 Audísio Girão, chefe da unidade de campo do DNOCS em Morada Nova. Acrescentou que o Sr.
100 Audísio havia lhe informado que foram realizadas visitas/intervenções na comporta do açude Riacho
101 do Sangue e que o sistema se encontrava operacional. Diante dos fatos, o Sr. Hermilson solicitou ao
102 Sr. Audísio que ele oficializasse a resposta por meio de documento formal. O Sr. Leandro agradeceu ao
103 Sr. Hermilson pelas explicações e prosseguiu com a apresentação do resumo das atividades realizadas
104 no período de novembro/2019 a março/2020 pelo Núcleo de Gestão, no âmbito do CSBH Médio
105 Jaguaribe, cuja apresentação segue anexa a essa ata. Posteriormente, a Sra. Flaviana entra no segundo
106 ponto da pauta que trata de resumo das ações do comitê durante o ano de 2019 e Planejamento de
107 ações para o ano de 2020. Apresentou uma a uma as ações ocorridas e não ocorridas (2019), bem

108 como aquelas planejadas para o corrente ano, sendo essas últimas aprovadas por unanimidade pela
109 plenária (os arquivos seguirão anexos a este documento). A Sra. Flaviana sugeriu que fosse criada
110 uma Comissão do Meio Ambiente no CSBH Médio Jaguaribe. O Sr. Lurivan apoiou de imediato a
111 ideia, seguido pelo Sr. José Maria. Após inúmeras discussões, a presidente no uso de suas atribuições
112 pôs a questão da criação da Comissão do Meio Ambiente para a apreciação do colegiado, cuja
113 plenária aprovou a proposição por 25 (vinte e cinco) votos a favor, sem abstenções e nenhum voto
114 contrário. Desse modo, optou-se inicialmente, pela formação de um Grupo de Trabalho (GT)
115 composto pelas seguintes pessoas/instituições: a) Sra. Flaviana Guimarães – Instituto Regional de
116 Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – IRDSS; b) Sr. Cícero Junier – Serviço Autônomo de
117 Água e Esgoto – SAAE Jaguaribe; c) Sr. José Maria – Secretaria do Desenvolvimento Agrário –
118 SDA; d) Sra. Damiana Alves – Associação Comunitária dos Assentados de Boa Esperança. Dando
119 continuidade o Sr. Flaviana entra no terceiro ponto da pauta que trata da discussão da minuta de
120 resolução no 01/2020, que trata da composição da Comissão Gestora do Aquífero Potiguar. Foi
121 realizada pelo Sr. Leandro a leitura da minuta para todos os participantes e apresentado cenários
122 para possíveis composições da nova comissão gestora (CG), haja vista que a comissão anterior
123 contava com 30 (trinta) membros, e desde a sua gênese já contou com muitas vacâncias. O Sr.
124 Leandro explicou que minuta similar fora discutido no CSBH Baixo Jaguaribe, e que por lá foi
125 aprovado que a CG seria composta por 14 (quatorze) integrantes. Após algumas discussões sobre o
126 tema, a Sra. Flaviana pôs as 03 (três) propostas para a apreciação da plenária, na qual por
127 unanimidade foi aprovada a proposta I que estabelece que o novo arranjo da CG do Aquífero
128 Potiguar terá 14 (quatorze) componentes, seguindo os moldes do que fora deliberado no CSBH
129 Baixo Jaguaribe. Concluída esta etapa, a Sra. Flaviana dar prosseguimento a sessão convidando o
130 Prof. Dr. Flávio Rodrigues do Nascimento, titular do Departamento de Geografia da UFC para
131 ministrar palestra sobre o “Mercado de Águas” - quarto ponto da pauta. Iniciando sua fala, o Prof.
132 Flávio agradeceu ao convite e disse que era uma honra está voltando ao Médio Jaguaribe, região
133 importante e estratégica do estado, na qual ele desenvolveu estudos importantes intitulados “Bacias
134 Hidrográficas Intermitentes Sazonais e Potencialidades Hidro Ambientais no Nordeste Setentrional
135 Brasileiro”, “Os Recursos Hídricos e o Tropic Semiárido no Brasil”, “Bacias Hidrográficas e
136 Desertificação”, dentre outros. Comentou que ajudou a fundar o CBH do Acaraú e que já participou
137 do CSBH do Baixo Jaguaribe. Acrescentou que tem experiência com comitês de bacia hidrográfica
138 nos estados do Rio de Janeiro, Amazonas, dentre outras unidades da federação Brasil afora.
139 Concluiu sua introdução parabenizando a iniciativa do CSBH Médio Jaguaribe. Iniciando sua
140 palestra propriamente dita, o Prof. Flávio destacou que o PL 3.261/19 que estabelece uma nova
141 conjuntura e regras para o setor de águas e saneamento básico, substituindo a MP 868/18 e
142 alterando, ou melhor, descaracterizando de maneira sem precedentes a Lei 11.445/2007 que
143 instituiu o marco regulatório do saneamento básico no Brasil. Prosseguindo sua exposição,
144 enfatizou que uma vez aprovado, o PL 3.261/19 abre caminho para exploração dos serviços
145 essenciais (água e saneamento) para o setor privado. Lembrou que tal projeto de lei (PL) precisaria
146 ser melhor discutido com a sociedade, algo que em sua visão não vem acontecendo: “tenta-se
147 empurrar goela abaixo da sociedade um PL que se encontrava parado no Congresso Nacional há 08
148 (oito) anos, haja vista que a recente mudança de governo no âmbito federal encontrou campo fértil
149 para isso”. Concluiu esse tópico afirmando que “o governo federal não tem se mostrado parceiro, e
150 tenta a todo custo desconstruir as agendas positivas de Estado, construídas com muito esforço ao
151 longo do tempo”. Apontou que ver com preocupação a maneira como o PL tramita no Congresso
152 Nacional, pois uma vez convertido em lei, há dúvidas se o mesmo garantirá a universalidade do
153 serviço, como ocorre mesmo de modo precário nos dias atuais. E indagou a plenária: será que uma
154 empresa privada atenderá as pequenas cidades encravadas nos rincões do Médio Jaguaribe? Será
155 que uma concessionária privada atenderá, por exemplo, o Sítio Brum em Jaguaribe, dentre outros,
156 deterá/priorizará suas atividades operacionais nas grandes e médias cidades, cuja taxa de retorno do
157 investimento é mais rápida? Mencionou que “a história tem mostrado, mundo afora, que nos
158 últimos 20 (vinte) anos as empresas privadas que receberam concessão pública ou que foram
159 privatizadas para atuar no setor de água e esgoto, se preocuparam somente com os núcleos urbanos,
160 esquecendo as zonas rurais”. Ratificando a informação anterior, destacou que a privatização da água
161 no Chile, em 1981, durante a ditadura de Augusto Pinochet, teve consequências drásticas, gerando

162 uma crise hídrica sem precedentes, o aumento da desigualdade social e da pobreza. Citou, ainda,
163 dois exemplos de insucessos da privatização de água e esgoto em terras pátrias: a) a Companhia de
164 Saneamento do Estado do Amazonas - COSAMA foi vendida para o Grupo Suez, de origem
165 francesa, uma das maiores empresas mundiais do setor de água, resultando na precarização da
166 prestação de serviços da cidade de Manaus, onde 90% do esgoto diário é jogado em córregos,
167 igarapés, lagos e no rio Negro; b) SANEATINS – no final dos anos 90 passou por mudanças em sua
168 estrutura organizacional, de sociedade de economia de capital fechada à empresa privada; adquirida
169 pela Empresa Sul-Americana de Montagens (EMSA), observou-se que a atuação da SANEATINS
170 se restringiu a capital Palmas, com avanços tímidos dos serviços de água e saneamento nos
171 pequenos municípios e na zona rural do estado do Tocantins. Feitas essas considerações, o professor
172 Flávio chamou a atenção para a região do Médio Jaguaribe, destacando a ocorrência de extremos
173 climáticos (secas x chuvas) e pontuou: “quando tivermos secas prolongadas, como a que ora
174 vivenciamos, quem vai segurar a onda? Quem vai garantir o abastecimento na zona rural do Médio
175 Jaguaribe? Uma empresa privada fará isso? ”. Em respostas as indagações, comentou que é pouco
176 provável isso aconteça. O Professor Flávio concluiu sua apresentação afirmando que uma boa
177 gestão do saneamento básico nos municípios se apoiam em quatro (04) eixos: água tratada,
178 esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem pluvial. Retomando a palavra a Sr. Flávia
179 agradeceu ao Professor Flávio pela excelente palestra e mencionou que estava facultada a palavra
180 para àqueles que quisessem fazer alguma pergunta ao Professor Flávio. A Sra. Ângela (SEMACE)
181 afirma que a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS é compartilhada e que nesse processo
182 todos nós falhamos, pois de um lado, como sociedade, não cobramos do governo e de outro a
183 própria sociedade não faz sua parte, não faz uma autocrítica. Desse modo, pergunta como inserir a
184 logística reversa nessa dinâmica que se mostra falha? O Sr. Malcon (CAGECE) parabenizou pela
185 ótima palestra e disse que a companhia em ele trabalha está numa maratona para realizar as
186 renovações das concessões nos municípios do Médio e Baixo Jaguaribe. Nesse processo,
187 mencionou que existem sistemas em que a CAGECE opera que não são superavitários, mas que
188 continuamos a operá-los pela responsabilidade social. Pergunta: como ficaria a questão do
189 abastecimento desses sistemas deficitários e como ocorreria a operação de pequenos municípios em
190 época de escassez hídrica? Em resposta ao questionamento da Sra. Ângela, o Professor Flávio
191 comenta que é preciso que se faça a distinção entre a obsolescência programada e a obsolescência
192 percebida. A primeira diz respeito a decisão do produtor de propositadamente desenvolver, fabricar,
193 distribuir e vender um produto para consumo de forma que se torne obsoleto ou não-funcional
194 especificamente para forçar o consumidor a comprar a nova geração do produto, ao passo que a
195 segunda é uma forma de diminuir a vida útil dos produtos que ainda são perfeitamente funcionais e
196 úteis. Os fabricantes lançam produtos com aparência inovadora e mais agradável, além de pequenas
197 mudanças funcionais, dando aos produtos antigos aspecto de ultrapassados. Dessa forma, induzem o
198 consumidor à troca, como ocorre com indústria da moda e de produtos eletroeletrônicos. Deu
199 sequência afirmando que é muito complexo inserir a logística reversa nos lugares onde são remotas
200 a percepção de cidadania e exemplificou o caso do Ceará, no qual em sua percepção é baixíssima a
201 percepção de cidadania do cearense; para o cearense “está tudo bem, sem problemas – o cidadão
202 comum é pouco participativo” e finalizou sua conclusão, quanto a primeira pergunta, “é preciso
203 revermos urgentemente isso”. No que se refere a indagação do Sr. Malcon, o Professor Flávio disse
204 que grande parte do questionamento dele já fora respondido durante a exposição, acrescentando que
205 na sua visão os sistemas deficitários não seriam contemplados, haja vista que o capital visa o lucro
206 rápido e crescente. Quanto a operação em pequenos municípios em época de escassez hídrica,
207 pontuou que “é de se estranhar que o PL voltasse a tramitar justamente numa época em que a
208 transposição do Rio São Francisco esteja sua fase final, enchendo os reservatórios em território
209 cearense”. E deixou um questionamento: de que adiantaria privatizar todo o sistema de água e
210 esgoto sem a garantia da existência de água? Será que o grande capital compraria essa ideia? Por
211 fim, foi enfático ao dizer que “o senador Tasso Jereissati (relator do projeto), dispendo de
212 informação privilegiada, sabia do ambiente político favorável que somada a garantia de
213 disponibilidade hídrica para atrair a iniciativa privada, pautou o PL que ora tramita nas casas do
214 Congresso Nacional”. O Sr. Cícero parabenizou pela palestra e perguntou se o projeto está
215 praticamente confirmado ou se juridicamente, ainda existe outra forma da sociedade civil minimizar

216 seus efeitos à população? Na sequência foi a vez do Sr. Marcondes (Vereador de Tabuleiro do
217 Norte) perguntar se existe algum benefício para o cidadão com a privatização da água, uma vez que
218 o histórico das privatizações no Brasil e no Ceará (BEC, COELCE, etc.) não tem demonstrado isso?
219 Dando continuidade, o Sr. Hermilson felicitou o Professor Flávio pela excelente apresentação e
220 indagou como ficaria a gestão dos recursos hídricos com a possível aprovação do PL 3.261/19? A
221 Sra. Damiana perguntou como ficam os sujeitos, como ficam as minorias e pessoas da zona rural
222 com a aprovação do PL 3.261/19? O Sr. Bruno (Secretário de Recursos Hídricos de Tabuleiro do
223 Norte) quis saber como fica a questão das águas pluviais com a validação do PL 3.261/19? Após
224 esse bloco de manifestações, o Professor Flávio passou a respondê-las uma a uma. Ao
225 questionamento do Sr. Cícero, disse que há uma mobilização frente a isso. Destacou que o PL ainda
226 tramita, pois não houve conversão em lei e que juridicamente não sabia responder como o PL
227 poderia ser revertido. À pergunta do Sr. Marcondes, disse: “nunca me senti tão menos cidadão
228 quanto nos últimos anos” e que duvidava que tenhamos algum benefício (água de qualidade,
229 esgotamento sanitário, tratamento de resíduos sólidos e drenagem pluvial) com a privatização desse
230 importante setor. No que se refere a inquirição do Sr. Hermilson, o Professor Flávio esclareceu há
231 uma tendência de acirramento/intensificação de disputas pela água dentro dos comitês de bacia
232 hidrográfica. Quanto a pergunta da Sra. Damiana, discorreu que com a possível conversão do PL
233 em lei, a “tendência é que as minorias sejam as mais afetadas ou prejudicadas com a privatização do
234 setor de água e esgoto do nosso país. Por fim, quanto a indagação do Sr. Bruno, comentou que o
235 destino e drenagem das águas pluviais são tão importantes e ao mesmo tempo tão esquecidas em
236 nosso país, uma vez que a ausência dela leva ao aumento de arboviroses, dentre outros problemas.
237 Concluídas as respostas, o Professor Flávio sugere que o Sr. Amsterdam (integrante do estado do
238 Ceará no Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CBRH/Câmaras técnicas do setor) fizesse um
239 rápido resumo das ações desses colegiados. Com o uso da palavra, o Sr. Amsterdam trouxe alguns
240 informes: a) no governo Bolsonaro foram desativados ou fundidos alguns conselhos e câmaras
241 técnicas importantes; b) na última reunião, em Brasília, foi discutido a existência de conflitos
242 envolvendo o mercado de águas; c) o processo de outorga está sendo reformulado com a
243 possibilidade de fazer a outorga on-line e autodeclarada; d) inexistência de obrigatoriedade de
244 outorga para projetos de obras de drenagem. Concluída este tópico, a Sra. Flaviana entra no quinto
245 ponto da pauta e passa a palavra para o Sr. Hermilson fazer a apresentação da Situação Hídrica das
246 Sub-bacias do Baixo e Médio Jaguaribe. O Hermilson iniciou sua apresentação (anexa a essa ata)
247 falando do nível de criticidade dos açudes monitorados, do boletim da evolução volumétrica – com
248 destaque para o açude Castanhão que em 12/03/2020 se encontrava com 3,47% de sua capacidade.
249 Posteriormente foi mostrado um resumo da operação 2019.2 do açude Castanhão e por fim, foi
250 apresentado um registro parcial de aportes 2020, açude por açude. O sexto ponto da pauta foi a
251 entrega da Comenda José Ulisses de Sousa ao Sr. Cleilson Pinto de Almeida (Analista em Gestão
252 dos Recursos Hídricos). Inicialmente foram chamados a frente do auditório o Sr. Cleilson Almeida
253 e seus familiares e lida a biografia do agraciado pela Sra. Flaviana. Posteriormente foi convidado o
254 Sr. André Mavignier para a entrega da comenda. Após a entrega, o Sr. Cleilson agradeceu pelo
255 reconhecimento e disse que como funcionário público se sentia honrado em receber tal
256 condecoração, principalmente em uma época em que o servidor público é tão desprestigiado.
257 Acrescentou em sua fala que “tal reconhecimento que ora recebo, serve dentre outras coisas para
258 confirmar que estou no caminho certo, e que desse modo continuarei a trabalhar com afinco visando
259 ao bem da coletividade e da sociedade cearense, principalmente no que se refere a gestão
260 participativa de recursos hídricos”, que segundo o agraciado, esse modelo de gestão talvez tenha
261 sido um dos maiores avanços dentre as políticas públicas modernas adotadas. Na sequência a Sra.
262 Flaviana passou ao ponto da pauta que trata da entrega dos certificados de assiduidade aos membros
263 que compareceram a todas as reuniões do colegiado no ano de 2019, sendo convidados os
264 representantes das instituições para receber a referida menção: a) Instituto de Desenvolvimento e
265 Formação Cidadã – IDFC; b) Instituto Regional de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido –
266 IRDSS; c) Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores (as) Familiares de Pereiro; d) Serviço
267 Autônomo de Água e Esgoto – SAAE Jaguaribe; e) Empresa de Assistência Técnica e Extensão
268 Rural – EMATERCE Jaguaribe; f) Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA. Por fim a Sra.
269 Flaviana tratou dos destaques e deliberações dessa seção que culminaram nos seguintes

270 **ENCAMINHAMENTOS:** 1. Enviar ofício através do comitê do Médio Jaguaribe solicitando a
271 **COGERH/DNOCS a realização de manutenções e vistorias periódicas nos açudes do Médio**
272 **Jaguaribe visando a preservação da segurança das barragens e atendimento satisfatório às**
273 **demandas do colegiado; 2. Enviar ofício à COGERH/GEPRO solicitando uma apresentação**
274 **minuciosa sobre o Aquífero Potiguar para que os demais membros do colegiado tomem**
275 **conhecimento do aquífero; 3. Enviar ofício ao Fórum Cearense de Comitês de Bacias**
276 **Hidrográficas solicitando que seja realizada uma palestra sobre o mercado águas naquele fórum**
277 **de discussão; 4. Articular com os demais comitês da grande Bacia do Jaguaribe discussão sobre a**
278 **gestão das águas da Transposição do Rio São Francisco que estão na iminência de chegar ao**
279 **Castanhão.** Por não haver nada mais a ser tratado, a Sra. Flaviana Guimarães declarou encerrada a
280 reunião, e eu, Aroldo Vidal, Analista em Gestão dos Recursos Hídricos do Núcleo da Gestão das
281 Bacias do Médio e Baixo Jaguaribe, lavrei a presente ata, que segue assinada pelos membros do
282 CSBH do Médio Jaguaribe.